

EDUCAÇÃO NÃO É CASO DE POLÍCIA¹: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA DA MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL

LA EDUCACIÓN NO ES SUJETA A LA POLICÍA: UNA ANÁLISIS FOUCAULTIANA DE LA MILITARIZACIÓN DE ESCUELAS PÚBLICAS EN BRASIL

*Por Victória Batistela Silva Rodrigues**

Resumo: o processo de militarização de escolas públicas brasileiras, de forma a contornar o problema da violência que acomete o cotidiano de instituições localizadas em espaços marginais do país, toma força conforme a hierarquia e a disciplina coercitiva suprimem os impulsos dos estudantes localizados em contextos estruturalmente débeis. Tal medida fere a Constituição Federal em diversos aspectos, configurando o Estado de Exceção permanente que ultraja a rotina das periferias. A solução parece ser a fabricação de corpos dóceis, conceito de Michel Foucault explorado em sua obra Vigiar e Punir, em detrimento da adoção de medidas estruturais que permeiam o universo civil.

Palavras-chave: Militarização. Estado de Exceção. Ensino Público. Foucault. Vigiar e Punir.

Resumen: el proceso de militarización de escuelas públicas brasileñas, con el fin de superar el problema de la violencia que alcanza el cotidiano de instituciones ubicadas en sitios marginalizados del país, se potencializa conforme la jerarquía y disciplina coerciva suprimen los ímpetus de los estudiantes derivados de contextos estructuralmente débiles. Tal iniciativa no es pretendida en la Constitución Federal, lo que figura el Estado de Excepción permanente que ultraja la rutina de las periferias. La solución parece ser la fabricación de cuerpos dóciles, concepto de Michel Foucault elaborado en su obra Vigilar y Castigar, en detrimento de adopción de medidas estructurales que impregnan el universo civil.

Palabras clave: Militarización. Estado de Excepción. Enseñanza Pública. Foucault. Vigilar y Castigar.

¹ Menção ao dito de Washington Luís, presidente do Brasil no período da República Velha, que afirmou que a questão social no Brasil era caso de polícia.

* Graduanda em Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato victoriabatistela@id.uff.br

Introdução

A militarização de escolas públicas no Brasil, prática que ganha força conforme é empregada, tendo em vista a disciplinarização da população marginalizada do país, é um fenômeno que deve ser analisado à luz do Estado de Exceção permanente que acomete periferias. O caso que ganhou destaque nesse processo é o da Escola Fernando Pessoa, em Valparaíso (GO), a qual garante que a violência que costumava marcar o cotidiano de estudantes, professores e funcionários do colégio foi superada após militares assumirem a administração da instituição.

Assim, dinâmicas civis foram substituídas por práticas sustentadas pelos pilares comportamentais das Forças Armadas de hierarquia e disciplina, em detrimento de concepções de mundo plurais, adotando-se reformas baseadas na coerção disciplinar de impulsos de estudantes inseridos numa dinâmica de funcionamento social estruturalmente falha. Administrativamente, taxas de matrícula e uniforme militar passaram a ser cobrados, encorajou-se o pagamento de uma pequena mensalidade voluntária e uma porcentagem das vagas da escola passaram a ser destinadas a dependentes de militares. Dentre as práticas cotidianas incorporadas, prestar continência, cantar o hino nacional e o hino da bandeira semanalmente, não fazer uso de palavrões ou vocabulário despojado, adesão de um padrão de aparência militar para meninos e meninas e inserção de disciplinas como Prevenção às Drogas à grade curricular se destacam. É evidente que transformar uma instituição antes civil e pública em militar e seletiva denota excepcionalidade e fere a democracia inclusiva e plural.

Levadas em consideração as problemáticas supracitadas, o presente trabalho pretende, primeiro, mostrar que a face político-jurídica do modelo neoliberal é o Estado de Exceção (VALIM, 2017), contraditoriamente permanente em espaços periféricos no Brasil. Posteriormente, tendo como referencial teórico a obra Vigiar e Punir de Michel Foucault, pretende-se mostrar que as práticas adotadas nesse contexto conversam com a fabricação de “corpos dóceis” por meio de disciplina arbitrária. As considerações finais sintetizarão as duas ideias, correlacionando-as, bem como abordarão alternativas estruturais – e não de curto prazo – a esse fenômeno.

A face jurídico-política do neoliberalismo é a Exceção

O Estado de Exceção, ideia exaustivamente debatida na literatura contemporânea em função de se apresentar latente nas relações que permeiam o cotidiano brasileiro, deve ser encarado tanto como condição permanente das periferias do país, quanto como exigência do modelo econômico predominante. Nesse sentido, é necessário compreender que o neoliberalismo, longe de implementar um Estado Mínimo, sedimenta a intervenção governamental arbitrária em esferas da sociedade que possam vir a comprometer os interesses do capital. É por isso que autoritarismo e despotismo recaem constantemente sobre comunidades brasileiras, pois “é preciso calar a favela para perpetuar a escravidão”¹, uma vez que as disparida-

1 Denúncia da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti no Carnaval de 2018.

des do sistema são interessantes ao capital, verdadeiro soberano de regimes neoliberais.

Construir um cotidiano securitizado, combinado com educação deficiente, infraestrutura precária, insegurança, demarcado por relação de alteridade que polariza trabalhador e bandido e sustentado pela meritocracia é exigência neoliberal, pois todos os valores que essas variáveis estabelecem – como a ignorância, o medo, o labor como dignificante – fazem a máquina neoliberal funcionar. A securitização vai justificar arbitrariedades, pois, conforme a administração pública estabelece que existem situações que fogem às dinâmicas ordinariamente previstas e que comprometem a segurança pública, medidas igualmente excepcionais deverão ser adotadas para contornar as contradições.

Nesse contexto, deve-se analisar a inserção de rotina militar em escolas públicas antes demarcadas por indisciplina e violência. É natural que jovens inseridos em um ambiente que fere direitos humanos, marginaliza cidadãos e emprega violência coercitiva policial contra a população reproduzam a estrutura em seu comportamento. A falta de perspectiva que acomete a população periférica é de responsabilidade exclusiva do esgarçado tecido social e, não vislumbrando formas alternativas ao que se vive, com muita dificuldade se desprende daquilo tangível.

Como de costume, a elucidação adotada não perpassa alternativas que atingem a estrutura, e a adoção de administração militar, bem como incorporação de dinâmicas próprias a esse grupamento social, é solução cada vez mais elegida por escolas públicas que sofrem com esses problemas, inclusive abraçada por populações vulneráveis, uma vez que a presença militar já está naturalizada em seu cotidiano. Na lógica neoliberal, é preciso domar insurgentes, disciplinar a massa trabalhadora e torná-la passiva e dócil à exploração do sistema, sendo que a militarização dialoga com esses valores. Tanto estudantes quanto familiares e a comunidade na qual a escola é estabelecida vão aplaudir a construção de corpos disciplinados para a produção, que não questionam a hierarquia ou deixam impulsos passionais aflorarem. É isso que o neoliberalismo mais preza: pessoas dotadas de individualidade transformadas em massa disforme sem voz dissonante, apolitizadas e reprodutoras de valores produtivistas, hierárquicos e meritocráticos.

A disciplina coercitiva e a fabricação de corpos dóceis

Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir*, conseguiu extrair a ontologia das relações de dominação que preconizam a produção. Com especial atenção à manipulação do corpo, sustenta tese de que a disciplina coercitiva poda “corpos dóceis” laborais e disciplinados. Assim, sua teoria pode ser aplicada aos mais diversos contextos em que a inibição de impulsos pessoais constrói um ambiente ordenado.

Transpondo as ideias contidas na obra para a realidade de escolas públicas que adotam administração militar e logram êxito no quesito da superação da violência cotidiana que acometia sua rotina, inicialmente pode-se analisar a padronização dos corpos, pois “o soldado é, antes de tudo, alguém que se reconhece de longe” (FOUCAULT, 1975). A imposição de uniformização militar aos estudantes, o corte de cabelo padronizado para meninos e cabelo preso para meninas, assim como o cerceamento de gestos extravagantes dialogam

diretamente com a fabricação de fisionomias detalhadamente trabalhadas, podadas e mecanizadas, sendo o homem o equivalente a uma máquina rigorosamente arquitetada para o perfeito funcionamento daquilo para o que ele foi destinado a produzir. Trata-se do “corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”. (FOUCAULT, 1975)

A intransigência com o horário é outra característica do universo militar que tangencia o universo produtivista. Sendo o estudante não mais indivíduo, mas parte integrante de uma massa que funciona para um objetivo maior, seu atraso reverbera em toda uma mecânica de funcionamento laboral, comprometendo a produção. O homem é dotado como parte integrante de um dispositivo impessoal e qualquer subalternidade é desconsiderada quando em perspectiva com o coletivo. O rigor do tempo industrial, dessa forma, é transplantado para as escolas, regulamentando um ciclo de repetições, e os estudantes passam cada vez mais a desconsiderar seus ímpetos em favor da constituição de uma massa indistinguível.

A disciplinarização ideológica também vai ser instrumento de controle desses corpos. O positivismo, corrente de pensamento que permeia o universo militar, vai respaldar a incorporação de disciplinas como Prevenção às Drogas e Ética Militar às grades curriculares dessas escolas. A própria nomenclatura das disciplinas já é sintomática, uma vez que os assuntos serão tratados a partir de perspectiva única e o constrangimento a diferentes visões já se estabelece no primeiro contato com a matéria. É importante que se ressalte, por exemplo, que hoje já se sabe que a forma mais eficaz, apoiada por psicólogos, de se lidar com a questão das drogas é pela via da redução de riscos, e a ideia de “prevenção” parece ser reducionista demais para tratar do assunto com um público que tem naturalizado o cotidiano com drogas. Sendo o positivismo referencial teórico, é previsível que essa seja a abordagem adotada em assuntos sensíveis que acometem jovens. É necessário considerar que a democracia se constrói com visões de mundo plurais. Caso contrário, não será constituída por uma sociedade dotada de pensamento crítico, apenas reprodutora da única realidade que lhe foi oferecida. É nesse sentido que a doutrinação ideológica se estabelece em instituições em que a coerção é aplicada quando a visão de mundo predominante é questionada, na medida em que não é interessante ao neoliberalismo uma população crítica e pensante.

Para que tudo funcione da forma prevista, é necessário que os estudantes sigam rigorosamente as regras da instituição. A garantia disso se dá ora pelo castigo, ora pela promoção. Portanto, não existe um processo educativo que ofereça ao estudante bagagem crítica para autonomamente chegar à conclusão da melhor forma de se comportar; esse só o faz pela ciência de que será punido caso contrário. Isso mostra a debilidade da disciplina militar, uma vez que, se fosse naturalmente positiva para o comportamento do cidadão, seria transmitida e interiorizada pela via da educação, e não da imposição. Configura tirania coagir um grupo de pessoas a se comportar de determinada maneira só porque é interessante a alguém, sendo que “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”. (FOUCAULT, 1975)

Em síntese, a mecanização e desumanização do homem pode ser expressa pela passagem de Foucault (1975):

Temos aí um exemplo do que se poderia chamar a codificação instrumental do corpo. Consiste em uma decomposição do gesto global em duas séries paralelas: a dos elementos do corpo que serão postos em jogo (mão direita, mão esquerda, diversos dedos da mão, joelho, olho, cotovelo etc.), a dos elementos do objeto manipulado (cano, alça de mira, cão, parafuso, etc.); coloca-os depois em correlação uns com os outros segundo um certo número de gestos simples (apoiar, dobrar); finalmente fixa a ordem canônica em que cada uma dessas correlações ocupa um lugar determinado. A esta sintaxe forçada é que os teóricos militares do século XVIII chamavam de “manobra”. A receita tradicional dá lugar a prescrições explícitas e coercitivas. Sobre toda a superfície de contato entre o corpo e o objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro. Constitui um complexo corpo-arma, corpo-instrumento, corpo-máquina. [...] a regulamentação imposta pelo poder é ao mesmo tempo a lei de construção da operação. E assim aparece esse caráter de poder disciplinar: tem uma função menos de retirada que de síntese, menos de extorsão do produto que de laço coercitivo com o aparelho de produção. (p. 148).

Considerações Finais

A adoção de administração militar por escolas públicas em função da violência advinda dos estudantes mostra-se medida conjuntural para a problemática, e não estrutural. É evidente que, sob risco de sofrer punições, jovens cerceiam seus impulsos individuais provenientes do contexto social em que vivem, mas não serão reprodutores de bons comportamentos de forma orgânica, a partir de experiência e aprendizagem. É nisso que consistem as falhas do governo, que, no entanto, não são acidentais. Ao mesmo tempo que é preciso responder às cobranças da sociedade a respeito dessas problemáticas, o governo precisa preservar os interesses do capital, e transformar estruturalmente as contradições sociais não é interessante, tendo em vista que o neoliberalismo se beneficia das mesmas. É importante ressaltar que as populações de classe mais baixa, submergidas numa dinâmica social problemática e contraditória, figuram o pilar de sustentação do neoliberalismo, pois, sendo o governo falho em apresentar perspectivas e fomentar o desenvolvimento do pensamento crítico nas comunidades, constituirão força de trabalho de reserva sem ao menos questionar a exploração.

A militarização foi estratégia muito bem introduzida nesse cotidiano. Ao mesmo tempo em que é facilmente deglutida pela população local, que já naturalizou a presença militar no cotidiano, ela sedimenta todo o pilar comportamental de disciplina e hierarquia que acena para o tipo de trabalhador que o regime econômico tanto preza: disciplinado, apolitizado, mecanizado e hierarquizado. A vigilância é um operador econômico decisivo (FOUCAULT, 1975) e todo esse mecanismo constitui a microfísica do poder.

A solução quanto à reprodução de comportamentos violentos por parte de jovens periféricos passa pela modificação da estrutura. Pode estar na educação multidimensionada, na inserção social inclusiva e na criação de oportunidades palpáveis a realidades sociais específicas, em detrimento da concepção meritocrática de que a mesma oportunidade pode ser oferecida a grupamentos sociais diferentes e será aproveitada da mesma forma. Recortes de

classe, gênero e etnia são fundamentais na hora de se formular políticas públicas inclusivas, bem como se atentar a especificidades geográficas e culturais, mas a padronização pretendida pela militarização desconsidera toda e qualquer particularidade, com fins na fabricação de corpos dóceis que sirvam ao produtivismo neoliberal.

Referências Bibliográficas

ALEX, Alan. **Proposta de militarização de escolas públicas divide opiniões em RO**. 2017. Disponível em <http://painelpolitico.com/proposta-de-militarizacao-de-escolas-publicas-divide-opinioes-em-ro/#.Wvre_6QvzIV>. Acesso em 01 de maio de 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA, Joab. **Militarização das escolas públicas**: avanços ou retrocessos? Disponível em <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC03/mc033.pdf>>. Acesso em 08 de maio de 2018.

VALIM, Rafael. **Estado de Exceção**: a forma jurídica do Neoliberalismo. 2017. Disponível em <<https://jornalggn.com.br/noticia/estado-de-excecao-a-forma-juridica-do-neoliberalismo-por-rafael-valim>>. Acesso em 07 de maio de 2018.

VEIGA, João M. **“Militarização” de escolas públicas**: solução?. 2015. Disponível em <<http://www.anped.org.br/news/militarizacao-de-escolas-publicas-solucao>>. Acesso em 01 de maio de 2018.